



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
PROJETO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA- PIBIC/ CNPq

RELATÓRIO FINAL

Título do Projeto: **Políticas de Educação Superior: os desafios do acesso e permanência no contexto da expansão das Universidades Federais**

Plano de Trabalho: **Políticas de Educação Superior: os desafios do acesso no contexto da expansão da Universidade Federal da Paraíba no período pós-LDB**

Orientadora: Prof. Dr. Edineide Jezine Mesquita Araújo
Universidade Federal da Paraíba- CE/DME
Endereço: Cidade Universitária, Campus I Castelo Branco.
João Pessoa- Paraíba- CEP: 58051-900
edjezine@gmail.com

Bolsista: Rayana Andrade de Carvalho.
Universidade Federal da Paraíba
Endereço: Rua Doutor Francisco Leocárdio, 35 - Bairro Popular.
Santa Rita- Paraíba CEP: 58301-645
carvalhorayana@yahoo.com.br

João Pessoa

2014

RESUMO

Este relatório visa apresentar o desenvolvimento da pesquisa de projeto PIBIC/CNPq/UFPB, intitulado, “*Políticas de Educação Superior: os desafios do acesso e permanência no contexto da expansão das Universidades Federais*”. A pesquisa tem por objetivo fomentar a discussão sobre as políticas de expansão no ensino superior no período pós- LDB, com foco na democratização do acesso na educação superior a partir das políticas de inclusão social. Para isso, o estudo faz um recorte cronológico, de 2008 a 2013, enfocando o processo expansionista das universidades brasileiras, considerando a relação público e privado, a partir do contexto da implementação do Plano de Reestruturação das Universidades Federais- Reuni, programa do Governo Federal aderido pela Universidade Federal da Paraíba- UFPB. No conjunto das políticas de inclusão o destaque é para a adoção das ações afirmativas nas universidades brasileiras, na UFPB o enfoque é para a Modalidade de Ingresso por Reserva de Vagas (MIRV), que dedica uma porcentagem das vagas para estudantes com histórico de exclusão social. Por fim, a análise do Processo Seletivo Seriado (PSS) e do Sistema de Seleção Unificada – Sisu (2012), gerenciado pelo Ministério da Educação que visa à democratização do acesso as universidades públicas brasileiras. Assim, através da avaliação dessas políticas de acesso e dos dados acerca do perfil dos ingressos na instituição, em que se considerou as variáveis: sexo, cor, idade, renda familiar, origem escolar, situação ocupacional, dentre outros, busca-se reconhecer quais as mudanças e os impactos que essas políticas vêm trazendo, no que diz respeito à inclusão e equidade social no âmbito da expansão e do acesso na relação Brasil, Nordeste e Paraíba. Nesta perspectiva, questiona-se: Quais os princípios que norteiam as políticas de acesso à Educação Superior? Como essas políticas de acesso estão sendo implantadas no âmbito da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)? Há impactos para a democratização do acesso a grupos em situação de vulnerabilidade? Para tanto, adota-se a metodologia quali-quantitativa, com uso da base de dados do Censo da Educação Superior (INEP) e as informações fornecidas pelo Núcleo de Informação e Tecnologia da UFPB (NTI). Como fundamentos teóricos pauta-se nos estudos dos pesquisadores da Rede Universitas/Br. Nesse sentido, a pesquisa pretende contribuir para o debate sobre a democratização o acesso no ensino superior, enfatizando o ingresso de novos públicos na universidade e a necessidade de políticas de permanências, para que haja, de fato, a efetivação da inclusão social.

Palavras- chave: Políticas de Educação Superior, democratização do acesso, inclusão social.

LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS E QUADROS.

Tabela 1. Número de Ingressantes nos cursos de graduação na UFPB: 2004-2013.....	16
Tabela 2. Ingressantes no período de 2007 a 2013 por sexo (%)......	17
Tabela 3. Ingressantes pelo PSS no período de 2007 a 2013 por faixa etária (%)......	17
Tabela 4. Ingressantes pelo PSS no período de 2007 a 2013 por cor/raça (%)......	18
Tabela 5. Nível de escolaridade do pai 2007-2013. Dados (%)......	18
Tabela 6. Nível de escolarização da mãe- Dados (%)......	19
Tabela 7. Ingressantes pelo PSS por renda familiar (%)......	19
Tabela 8. Ingressantes que possuem computador em casa. Dados (%). 2007-2013.....	20
Tabela 9. Ingressantes com acesso à internet. 2007-2013. Dados (%)......	20
Gráfico 1. Evolução das matrículas nos cursos de graduação presenciais por setor. 1995-2010.....	10
Quadro 1. Políticas Públicas em Educação Superior: Governos.....	11
Quadro 2. Número de matrículas realizadas em Instituições de Ensino Superior.....	13
Quadro 3. Políticas de acesso: UFPB.....	15

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	05
1.1. O CONTEXTO DO NEOLIBERALISMO E AS DEMANDAS POR INCLUSÃO SOCIAL	06
1.2. INFLUÊNCIAS NEOLIBERAIS NO BRASIL E A EDUCAÇÃO SUPERIOR.....	08
1.3. POLÍTICAS DE EXPANSÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR E SEUS PROCESSOS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA- UFPB.....	13
1.4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	21
REFERÊNCIAS.....	22

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório resulta das investigações realizadas pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Superior e Sociedade (GPESS) e Núcleo de Estudos e Pesquisas na Educação Superior (NEPES), da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, coordenado pela professora doutora Edineide Jezine, em parceria com a Rede Universitas¹ que nos últimos anos, vem desenvolvendo pesquisas acerca das políticas de acesso e permanência no ensino superior e os seus impactos na mudança do perfil dos sujeitos ingressantes.

A pesquisa intitulada *“Políticas de Educação Superior: os desafios da inclusão, acesso e permanência no contexto da expansão das Universidades Federais”* do PIBIC/UFPB, busca fomentar o debate sobre as políticas de inclusão e a democratização do acesso, a permanência de sujeitos em situação de vulnerabilidade em instituições superiores, tendo como contexto expansão do sistema de educação superior do Brasil. O recorte temporal do estudo, o período de 2008 a 2013, é estabelecido a partir da implementação do Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), Programa do Governo Federal, que visa à expansão das universidades federais brasileiras.

O estudo objetiva analisar as políticas de expansão da educação superior e as inovações/tendências voltadas para a democratização do acesso ao conhecimento nas universidades federais, em específico na Universidade Federal da Paraíba, deslocando a compreensão da dimensão das estruturas para os sujeitos com foco no acesso e na inclusão social. Além disso, busca-se reconhecer as mudanças efetivadas nas políticas de educação superior e seus impactos nas questões da inclusão e equidade social no Brasil, Nordeste e Paraíba, a fim de verificar como essas políticas se processam quanto à promoção do acesso a esse nível de ensino. Para tanto, serão analisados o perfil social, econômico e educacional dos ingressantes, considerando as mudanças nas políticas de acesso, sobretudo, o ingresso pelas políticas de cotas e/ou pela Lei 12.711/2012, de reserva de vagas.

A pesquisa parte do princípio que a implementação do REUNI (2007) na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e a adoção das políticas de ações Afirmativas, como MIRV resultam em uma série de mudanças no perfil socioeconômico dos ingressos que adentram a essa instituição. A constatação advém da pesquisa intitulada *“Inclusão, equidade social e acadêmica nas políticas de educação: o acesso ao ensino superior no contexto da globalização”* (CNPQ/PIBIC/UFPB)², realizada nos anos de 2011 a 2013 em que aponta maior número de ingressantes de grupos sociais menos favorecidos economicamente. Portanto parte desses dados e apresenta-se uma comparação com os estudos realizados por Nakamura, 2014, que trata do perfil dos ingressos pelo SISU no período de 2011 a 2013.

Para a análise comparativa serão observadas as categorias: renda familiar, sexo, faixa etária, cor/raça e nível de escolaridade. Além disso, será feito um comparativo entre os dois processos para avaliar possíveis semelhanças e diferenças nos perfis no contexto das políticas de expansão em que se considera a oferta de vagas e o número de matrículas no ensino superior, no contexto, Nordeste e Paraíba dos indivíduos que adentram na educação superior e, em específico na UFPB.

Nestes termos, a pesquisa se pautará no levantamento de dados dos pesquisadores que compõe o grupo de pesquisa GPESS e o núcleo NEPES, que vem realizando pesquisas sobre a temática da educação superior, usando os dados registrados no Instituto Nacional de Pesquisa Anísio Teixeira (INEP), no Núcleo de Tecnologia da UFPB (NTI), na base de dados da COPERVE, e para esse trabalho

¹ A rede Universitas/Br congrega um grupo de pesquisadores de várias universidades brasileiras que visam avaliar todas as produções científicas da temática Educação Superior em nível nacional. A rede tem como sua coordenadora a Prof.^a Dr.^a Marília Morosini (PUCRS) e conta com a participação das Universidades: UFRGS, UFMG, UFPR, UFRJ, UCP, UFF, UERJ, UFSCAR, UNIMEP, UNIFESP, UFAL, UFPB, UFPA, UFMT, UFG, UCDB, USP, UFRRJ, FURB e UFMS. O site do Universitas encontra-se disponível em <<http://www.pucrs.br/faced/pos/universitas>> Acesso: 15/08/2014.

² O Projeto Pibic intitulado *“Inclusão, equidade social e acadêmica nas políticas de educação: o acesso ao ensino superior no contexto da globalização”* relata sobre a mudança do perfil dos ingressantes no ensino superior nesse contexto.

a tese de doutorado do professor Paulo Hideo Nakamura, que realiza um estudo sobre os processos seletivos e a democratização do acesso na Universidade Federal da Paraíba.

1.1. O Contexto do Neoliberalismo e as Demandas por Inclusão Social.

Com o objetivo de compreender o contexto político em que se processam as políticas de expansão da educação superior buscar-se-á discutir quais os discursos que foram adotados e debatidos em contexto histórico e global a partir da implementação do modelo neoliberal, pautado no processo de globalização ao final do século XX.

As últimas décadas do século XX são marcadas pela expansão de uma economia globalizada que assumia seu espaço nos países capitalistas, com efeito das organizações multilaterais. Nesse contexto, o final do século XX representa um marco histórico na organização do sistema econômico e político mundial, caracterizado pela era da informação, do multiculturalismo e da globalização. Entende-se a globalização como “um conjunto de dispositivos políticos- econômicos para a organização da economia global, conduzido pela necessidade de manter o sistema capitalista” (DALE, 2004, p. 436). Para Scocuglia (2008), o surgimento desse modelo econômico e político denominado de globalização e neoliberalismo comercial se daria a partir da crise do capitalismo, devido a superprodução, a concentração de riquezas e a exclusão social.

Autores, como Sousa (1997); Scocuglia (2008) partem do pressuposto que a globalização, é definida a partir do sistema econômico, caracterizando-se por uma nova economia mundial que se dá pela intensificação da transnacionalização dos mercados financeiros e de bens e serviços, em que as empresas multinacionais em consonância com as políticas internacionais de financiamento como Banco Mundial (BM) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) ganham atuação no cenário internacional, formulando proposições para o desenvolvimento econômico, político, social e educacional dos países considerados em desenvolvimento. Pontua-se a atuação do Brasil nesse contexto, que não foi diferente dos demais países da América Latina e mundo global, à medida que os países dominantes adotam a globalização, não restam muitas alternativas para os países dominados, senão aderir a esse modelo. Nesses termos, a globalização trouxe complexas relações entre os países, criando novas conexões e funções a serem submetidas em contexto global, segundo Romão (2008, p. 169).

Assim, a globalização criou novas conexões internacionais entre os Estados Nacionais e o processo capitalista de acumulação global. Progressivamente, os Estados Nacionais foram internacionalizados dos Estados Nacionais. Esta internacionalização dos Estados Nacionais foi a internalização de novas obrigações e funções que eles tiveram de assumir, por imposição daquele processo.

Entende-se que esse período é marcado por várias mudanças, principalmente no âmbito educacional, pois como destacam Chaves, Jezine e Cabrito (2011, p. 59) “a globalização se caracteriza como instrumento multifacetado com dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais, religiosas e jurídicas”, sendo assim, a educação torna-se protagonista nesse processo, como instrumento importante ao serviço do sistema capitalista. Nesse contexto, emergem novas demandas sociais, que acedem à necessidade de discutir a criação de alternativas que possam reparar as desigualdades sociais advindas desse processo, para isso, são realizadas várias conferências internacionais para discutir as questões relacionadas aos direitos sociais, às responsabilidades do Estado, os processos de globalização e ampliação dos mercados comerciais e industriais no contexto da crise do capitalismo.

E, na busca por uma cultura global e equitativa, de maneira que busque estabelecer diretrizes para todos os países as Organizações Mundiais como a Organização das Nações Unidas (ONU), Organização das Nações Unidas para a Educação, na Ciência e Cultura (UNESCO), Fundo Mundial de Investimentos (FMI), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD/Banco Mundial) interferem, principalmente, no campo educacional (JEZINE; CHAVES; CABRITO, 2011). Ressalvam-se os interesses do Banco Mundial e

FMI na educação em que reafirmam um “modelo pautado sob os padrões de produtividade, eficiência e eficácia do mundo da profissionalização, cumprindo a função ideológica de consenso e controle social” (Idem, 2011), que vão refletir fortemente na educação brasileira, em especial no ensino superior.

Desta forma, diretrizes para a educação são traçadas através de eventos mundiais, que tinham por objetivo elaborar políticas mundiais de inclusão social para todos os países. Dentre essas se podem destacar, a Conferência Mundial de Educação para Todos (Jomtien, 1990); Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais de Jovens e Adultos (Salamanca, 1994); Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e outras Formas Correlatas de Intolerância (Durban, 2001), (MACIEL; PEIXOTO, 2012).

Nota-se que essas conferências surgem a partir de um cenário excludente, da privação do acesso, de determinados grupos sociais, aos direitos básicos, dentre eles o direito ao acesso a educação. Boneti (2006) destaca que a exclusão em uma sociedade contemporânea está ligada as desvantagens sociais como: falta de trabalho, pobreza, sociabilidade restrita, condições precárias de moradia, saúde, educação, etc. Nesse sentido, observa-se que, aqueles que são os excluídos da sociedade, assim o são, por não terem acesso ao que lhes é de direito, o que é uma problemática, visto que, esse cenário faz parte da essência do sistema capitalista, principalmente nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento que possuem altos índices de desigualdades sociais e processos de exclusão social advindos dos processos de divisão de trabalho e classe social.

É nesse conjunto de implantação do neoliberalismo em que o sistema capitalista busca se reorganizar com base em um modelo de flexibilização das relações de trabalho, desregulação das funções sociais do estado que passa a adotar o princípio de regulação é que a ideia de igualdade de direito é absorvida pelas políticas públicas, que buscam tornar-se inclusivas. Nesse sentido, no que se refere ao termo inclusão, contraditoriamente, esse se relaciona ao projeto do sistema capitalista, como destaca Maciel:

O discurso da inclusão é observado em uma sociedade cujo sistema preponderante e determinante é o capitalismo. Tal consideração expressa que uma sociedade de classes, na qual o lucro é objetivo a ser alcançado, a busca pela inclusão social é uma perspectiva que se insere numa lógica distinta da que origina esse sistema (o capitalismo). (MACIEL, 2009, pág. 33)

Nesta perspectiva, pode-se compreender que o termo inclusão é adotado, pelas políticas governamentais como forma de superação das exclusões sociais, que são inevitáveis em sistemas como o capitalismo, que se sustenta pelas desigualdades sociais. É dessa forma que o discurso da inclusão³, torna-se característico das problemáticas sociais (BONETI, 2006), pois é necessário incorporá-lo aos mecanismos do Estado, como uma política social que objetiva reparar as desigualdades sociais. Sendo assim, pode-se destacar que o processo de inclusão, ocorre a partir de um cenário de desigualdades sociais e exclusão, vivenciado por grupos sociais específicos e “esta noção de desigualdade, portanto, é assentada sobre a capacidade individual do acesso aos bens sociais, aos serviços públicos, ao capital cultural, etc.” (BONETI, 2006, p. 198).

Por consequência, a política de inclusão como garantia dos direitos sociais passa a ser reverenciada no campo educacional, que agora passa a ser alvo de várias políticas sociais que visam incluir os sujeitos excluídos historicamente aos bens e serviços do Estado. Na busca da efetivação das políticas de inclusão social a educação torna-se um dos principais focos, sobretudo as políticas para a educação superior, no que se refere à expansão do acesso. Nestes termos, é importante analisar como as

³ Cabe ressaltar, que apesar dos discursos sobre inclusão/exclusão emergirem em meio ao auge das políticas neoliberais, sua inserção ocorre antes, no ano de 1948, em âmbito mundial, na Declaração Universal dos Direitos Humanos proclamada na Assembleia Geral das Nações Unidas (MACIEL, 2009). Sendo assim, pode-se dizer que a Declaração Universal dos Direitos Humanos é o documento precursor na discussão sobre inclusão social como política, uma vez que, trata-se do documento, que ressalva a responsabilidade do Estado em garantir o direito ao acesso de todas as famílias humanas aos bens e serviços, reconhecendo-os como direitos alienáveis.

políticas neoliberais e de globalização política e econômica vão influenciar nas reformas do estado brasileiro e na educação superior.

1.2. Influências Neoliberais no Brasil e a Educação Superior

O Brasil, na década de 1990 é marcado por uma série de reformas educacionais que tinham como base a doutrina neoliberal, cuja ideologia pautava-se em uma política centrada na “desregulamentação do mercado, na abertura comercial financeira, na privatização do setor público e na redução do Estado” (CHAVES; LIMA; MEDEIROS, [s.d.]⁴). Nesse contexto, nos anos de 1995, em seu discurso de posse, Fernando Henrique Cardoso (FHC) decreta a morte do Governo Getulista, conhecido como Estado-do-Bem-Estar-Social e anuncia a mais profunda reforma brasileira até então realizada, pautada em uma política que visava o crescimento econômico e produtivista centrada no capital, nos avanços tecnológicos e desenvolvimento do mercado profissional e comercial (SCOCUGLIA, 2008), aderindo ao neoliberalismo, como modelo econômico e político. Essa medida traz consequências irremediáveis para o Governo brasileiro, que tem seu futuro marcado por uma série de transformações, principalmente no âmbito educacional.

A doutrina neoliberal passa a direcionar a política brasileira a partir do Governo Fernando Collor de Mello, porém, essas políticas são acentuadas a partir do Governo FHC (1995), que possui a marca da privatização como eixo central do seu mandato (Idem, [s.d.]), reflexo observado com maior evidência nos processos de expansão do sistema de ensino superior no Brasil:

[...] uma expansão acelerada das instituições de ensino superior privadas, sendo recorrente a liberalização e desregulamentação desse setor que tem encontrado facilidades para expandir-se por meio da adoção pelo Estado brasileiro de uma série de mecanismos (AMARAL; CHAVES, 2013, p. 35).

Dentre esses mecanismos, destaca-se a isenção de impostos sofrida pelas instituições de ensino, que implicam, “na isenção de tributos e na alteração de cálculo e de alíquota, reduzindo de forma discriminada tributos e contribuições e outros benefícios” (CHAVES; AMARAL. 2013 p, 43.) que iram refletir no acréscimo exacerbado de IES privadas nos anos posteriores.

Frente ao cenário de transformações políticas, que se iniciam com a abertura democrática, a década de 1990 é acompanhada por uma onda de movimentos sociais que lutam pela garantia dos Direitos Humanos, entendidos pela luta dos direitos básicos como, educação, saúde, cidadania e etc. Sobre esse momento histórico Gohn destaca que:

À medida que as políticas neoliberais avançavam, foram despontando outros movimentos sociais, tais como a Ação da Cidadania contra a Fome, movimentos de desempregados, ações de aposentados e pensionistas do sistema previdenciário. Algumas dessas ações surgiram como respostas a crise socioeconômica, atuando mais como grupos de pressão do que movimentos sociais estruturados. (GOHN, 2009, p. 30)

Como já mencionado, esses movimentos despontaram a partir de uma série de mudanças que permeavam o contexto social nesse período, dentre estas, destacamos o âmbito econômico, com a flexibilização das relações capital e trabalho e um mercado como fator primordial para as demandas sociais; o político, com sua apropriação dos princípios neoliberais e por fim, o âmbito cultural, marcado pela atuação dos movimentos em defesa dos Direitos Humanos (JEZINE; CHAVES; CABRITO, 2011). A efervescência social encontra amparo nas Conferências Internacionais que denunciam as

⁴ Artigo elaborado pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior-GEPES de Belém. Disponível em: http://www.gepes.belemvirtual.com.br/documentos/Artigos/Artigo_Vera_Luciene_e_Rosangela.pdf Acesso: 28/08/2014.

desigualdades sociais ao mesmo tempo em que anunciam a decadência do Estado do Bem-Estar-social a favor de uma política de mercado que favorece a privatização de bens e serviços assegurados pelo Estado.

No Brasil não seria diferente, visto que o país, assim como os demais países da América Latina submetidos aos processos de globalização da economia e recessão mundial passa a adotar políticas públicas para amenizar as desigualdades sociais e estimular a produção e venda de tecnologias a partir do chamado consenso das políticas neoliberais, tornando os países em vias de desenvolvimento subordinados às agências multilaterais de financiamento. (JEZINE; CHAVES; GABRITO, 2011).

Assim convergem as demandas pela garantia dos direitos sociais e a intervenção de Organizações mundiais como o Banco Mundial e a UNESCO para a emergência do discurso de inclusão, como política pública, inserida em todas as esferas da sociedade, com maior ênfase na educacional, intensificando os debates sobre a relação inclusão social e educação. A inclusão de políticas internacionais, pensada nas Conferências Mundiais torna-se políticas de Estado, com a elaboração de uma série de políticas, denominadas de inclusivas, que objetivam a equidade social, buscam resguardar o direito do acesso como assevera Maciel (2009, p. 46).

As políticas sociais desenvolvidas na área da educação têm sido apontadas como necessárias à inclusão social, ou seja, seria por meio do acesso de todos a escola que as pessoas passariam a ter condições iguais. Garantindo o acesso à educação, todos teriam iguais condições de competir no mercado de trabalho, favorecendo uma sociedade com mais oportunidades e menos desigualdades.

Em que pese às proposições do sistema capitalista, que busca expandir os públicos para a produção e consumo, as políticas sociais tornam-se ferramentas importantes para oportunizar o acesso de todos aos bens sociais, dentre eles a educação, visto que, países como o Brasil, mal conseguiram estabelecer políticas de expansão que visassem à igualdade de oportunidades educacionais e garantia de acesso e equidade ao ensino fundamental, tão pouco um padrão de qualidade nesse nível de ensino (DOURADO, 2002).

Desta forma, buscam-se meios e alternativas para garantir e ampliar o acesso de todos, em todas as modalidades de ensino, pois as chamadas políticas de inclusão, para grupos sociais historicamente excluídos, como os negros e afrodescendentes estas se constituem uma forma concreta de acesso ao ensino superior, em especial.

As políticas sociais têm sido identificadas como políticas de inclusão, especialmente quando apresentam caráter focal, como as ações afirmativas. As ações afirmativas são uma forma de atender aos grupos considerados excluídos de algum direito, porém não é a única forma de intervir junto a estes para garantir-lhes o acesso à educação (MACIEL, 2009, p. 37).

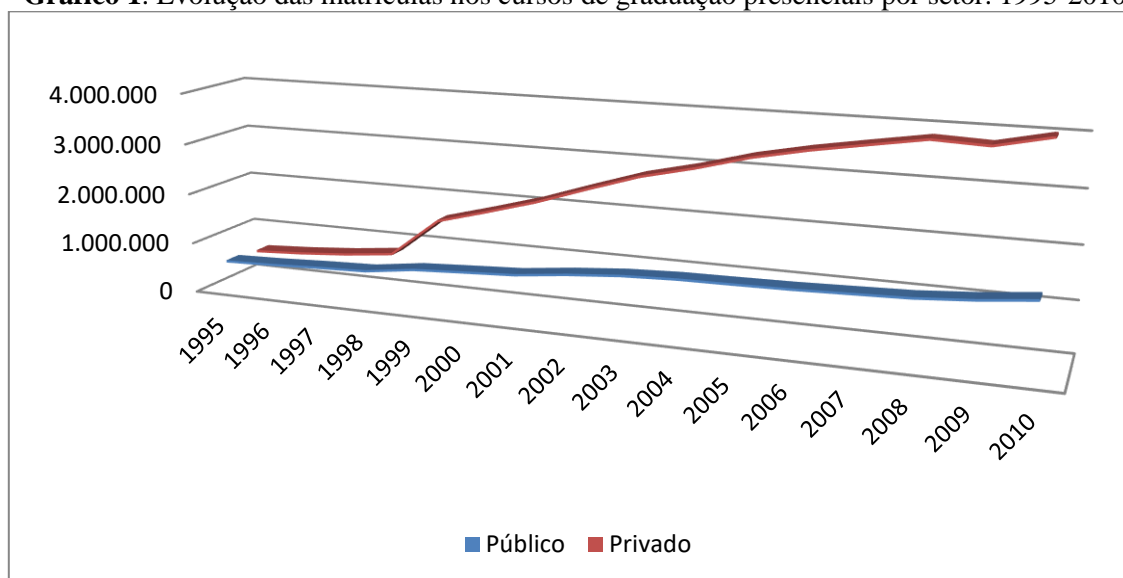
No que tange a educação superior, as políticas de inclusão inserem-se no campo das políticas sociais que vistas à democratização do acesso. Para esse estudo será evidenciado os Governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), observando quais os impactos que decorrem dessas políticas no ensino superior, desde a implementação do neoliberalismo no país, que tem como marco a LDB Nº 9.394/1996. Nesse sentido observaremos as políticas e programas sociais implementados por esses dois governos, e seus impactos, no que diz respeito a expansão do número de matrículas no ensino superior, público/privado e o perfil socioeconômico dos estudantes que adentram à UFPB.

Sobre as políticas inclusão na educação superior nos dois governos destaca-se o notável crescimento acelerado das Instituições de Ensino Superior (IES) privadas desde os anos de 1995, que no início do primeiro mandato FHC registra a oferta de 39,8 % das matrículas reservadas para instituições públicas e 60,2% para as privadas. Esse crescimento se mantém, ao final do mandato FHC, no ano de 2002, é registrado um aumento significativo nas IES privadas, que registram 69,2%, enquanto

que a pública registra 30,8%. E o Governo Lula dá continuidade a esse processo, sendo registrado ao final de 2010 25,8% em instituições de cunho público e 74,2% em redes privadas (MANCEBO, 2013).

Nesse sentido, observa-se a evolução das matrículas nos Governos FHC e Lula, no período de 1995 a 2010, com destaque a priorização do setor privado, como demonstra o gráfico a seguir:

Gráfico 1. Evolução das matrículas nos cursos de graduação presenciais por setor. 1995-2010



Fonte: Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas Anísio Teixeira- INEP.

O gráfico demonstra que no início do Governo FHC (1995) e ao final (2002), a expansão da Educação Superior no setor Público ofertava 77,4% das matrículas, enquanto no setor privado o percentual era de 358,72% evidenciando um aumento significativo do setor privado sobre o público, principalmente entre os anos 1998 a 2000, com a aprovação da Lei nº 9394/96 que estabelece a diversificação institucional. Observa-se que a tendência de crescimento do setor privado continua no Governo de Luís Inácio Lula da Silva. Destaca-se que o ano de 2002 é marcado por um acréscimo significativo no número de matrículas do setor público, que sofre um decréscimo entre os anos 1999 e 2000, final do mandato FHC, mas volta a crescer no início do Governo Lula, que demonstra um olhar diferenciado a esse setor, com políticas de expansão específica para o setor público.

Dentre os mecanismos que visam à democratização do acesso na educação superior que se sucedem nos dois Governos, destaca-se a elaboração de diversos programas de incentivo ao setor privado como o Programa de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Universidade para Todos (PROUNI), que tem por objetivo o financiamento estudantil, seja o aluno pode obter bolsas parciais e integrais, é o caso do PROUNI ou mesmo obter empréstimos, como ocorre no Programa FIES.

Todavia, há de se ressaltar que as políticas de democratização do acesso à Educação Superior, ocorridas no governo de Luís Inácio Lula da Silva possibilitaram a expansão do setor público, em que se destaca como política de expansão o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que tem como desígnio aumentar a ascensão e a permanência na educação superior. O REUNI é criado no dia 24 de abril em 2007, pelo Decreto nº 6.096, e como mecanismo para a expansão adota algumas medidas que contemplam o ensino superior público, no que diz respeito à ampliação da estrutura, oferta de vagas e contratação de docentes e funcionários, e para o alcance das metas é objetivo desse Plano o aumento da relação professor/alunos, o que vem causando desestruturação na forma da oferta. Além disso, o Governo Lula implementa como forma de acesso ao Sistema de Seleção Unificada (Sisu) para atender o sistema de seleção por meio das notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), formato criado em novembro de 2009, e concretizada no primeiro semestre de 2010.

Na tentativa da síntese, segue quadro com as iniciativas dos dois Governos e a continuação do Governo Lula sob o mandato da presidente Dilma Rousseff, das políticas que fomentam a expansão das universidades brasileiras (setor público e privado) entre os anos de 1995 a 2013.

Quadro 1. Políticas públicas em Educação Superior

Políticas Públicas/Governo	Objetivos ⁵	Beneficiários
Programa de Financiamento Estudantil- FIES (Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2013)).	Criado em 1999, o FIES é um programa do Ministério da Educação que tem por objetivo o financiamento da graduação.	Setor Privado-Destinado a estudantes que desejam adentrar em IES privadas. ⁶
Programa Universidade para Todos- PROUNI. Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011- 2013).	Criado em 2005 ⁷ , o PROUNI é um Programa do Ministério da Educação dedicado à distribuição de bolsas integrais e parciais.	Setor Privado- Destinado a estudantes de baixa renda que não tem formação acadêmica e desejam adentrar em instituições privadas de ensino ⁸ .
Exame Nacional do Ensino Médio-ENEM (Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2013)). Sistema de Seleção Unificada-SISU (Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2013)).	Criado em 1998, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) visa avaliar o desempenho dos estudantes que terminaram a escola básica, podem participar do exame, aqueles que estão concluindo ou que já concluíram o ensino médio. Em 2012, através da portaria normativa nº 21, de 05 de novembro de 2012 é regulamentado o Sistema de Seleção Unificada- SisU, que oferta vagas, através do seu sistema informatizado, para os alunos que se submeteram ao ENEM.	Setor Privado e Público - Objetiva o acesso para estudantes em instituições públicas e privadas.
Reestruturação e Expansão das Universidades Federais-REUNI. SISU (Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2013)).	Vigorado no ano de 2007 ⁹ , o Programa de Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), visa a expansão das universidades federais brasileiras, contemplando número de vagas e cursos de graduação.	Setor Público- Visa à ampliação do acesso a estudantes que desejam adentrar em instituições públicas.
Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das	Instituído em 2012 ¹⁰ , o Plano de Estímulo a Reestruturação e ao Fortalecimento de Instituições	Setor Privado e público- Objetiva o fortalecimento

⁵Todas as informações obtidas na tabela foram retiradas do site disponível em: <<http://www.mec.gov.br/>> Acesso em: 12/08/2014.

⁶ Instituído pela Lei nº 10.260 de 12 de Julho de 2001.

⁷ A Lei do PROUNI no ano de 2005 tem como base a Lei nº 9.870 de 23 de novembro de 1990, por isso será considerado também como uma política do Governo FHC.

⁸ Lei nº 11.096, de 13 de Janeiro de 2005.

⁹ A partir do Decreto nº 6.096 de 2007.

¹⁰ Lei nº 12.688, de 18 de Julho de 2012.

Instituições de Ensino Superior- PROIES. (Governo Dilma Rousseff (2011-2013)).	de Ensino Superior (PROIES), visa manter e assegurar a continuidade de instituições superiores, através aprovação do Plano de Recuperação Tributária e concessão moratória de dívidas tributárias federais.	das instituições superiores em todo o Brasil.
--	---	---

Fonte: Quadro elaborado a partir das informações do site do MEC.

Ao analisar o quadro das políticas públicas para às instituições de ensino superior, é perceptível a priorização do setor privado com políticas destinadas, em sua maioria, para o setor privado, com exceção do REUNI, que busca alcançar exclusivamente as instituições federais. Além disso, percebe-se uma continuidade nos Governos, que vem seguindo a lógica mercantilista indicada pelo modelo econômico do neoliberalismo (MANCIBO, 2013). Por outro lado, não se pode negar que as políticas contribuem para o processo de democratização do acesso para sujeitos historicamente excluídos, uma vez que, aumentam significativamente o número de matrículas nas instituições de ensino superior, possibilitando o acesso de estudantes de baixa renda, que outrora não conseguiam acesso a esse nível de ensino.

Nesse conjunto, de políticas que favorecem a expansão e aumenta as oportunidades de acesso destaca-se a adoção das ações afirmativas nas universidades brasileiras, como um marco para a educação superior, pois oportuniza aqueles sujeitos com histórico de exclusão, nesse caso negros, pardos e afrodescendentes a adentrarem ao ensino superior a partir de ações afirmativas. Embora o termo, ação afirmativa, tenha sido criado em 1963 para nomear um conjunto de políticas públicas e privadas ao combate à discriminação racial (DOMINGUES, 2005), posteriormente o termo se amplia e passa a contemplar qualquer grupo que esteja na condição de marginalização, seja ele, étnico, religioso ou de gênero. Nesses termos, as ações afirmativas aparecem como estratégias para a reparação das injustiças sociais, que se processam em função da divisão de classe, uma vez que essas políticas, também pela força do movimento negro, visam introduzir essas classes ao ensino superior, na promoção da igualdade de oportunidades e inclusão social, como destaca Tenório e Reis (2008, p. 3).

Assim sendo, não basta para assegurar a igualdade proibir a discriminação. É necessária à criação de estratégias promocionais capazes de estimular a inserção e inclusão dos grupos socialmente vulneráveis nos espaços sociais. Neste caminho, situam-se as ações afirmativas como instrumento de inclusão social.

Deste modo, destaca-se que, as políticas de ações afirmativas apresentam-se como uma grande conquista dos movimentos sociais, pois através de sua implementação no contexto do ensino superior é dado a oportunidade de acesso às classes populares, que por séculos, se viram discriminadas e desprovidas de seus direitos a educação. A Lei Nº 12.288 de 20 de julho de 2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial pode ser considerada como a efetivação da garantia dos direitos sociais, e a oportunidade de ampliar o acesso para esse grupo social. O Ministério da Educação (MEC) ao conduzir as políticas afirmativas parte do entendimento que as ações afirmativas são “[...] o conjunto de medidas especiais voltadas a grupos discriminados e vitimados pela exclusão social ocorridos no passado ou no presente”¹¹. Sendo assim, as ações afirmativas em conjunto com outras iniciativas governamentais, passam a ser uma das principais ferramentas para a redemocratização do acesso à educação superior.

Nesta perspectiva, as políticas afirmativas são adotadas nas universidades brasileiras a partir da disponibilização de vagas para estudantes que se autodeclararam na condição de negro, afrodescendentes e/ou pardos. No ano de 2012, é sancionada a Lei 12.711, que torna obrigatório em todas as universidades

¹¹ Cf. <<http://etnicoracial.mec.gov.br/acoes-afirmativas-cotas-prouni>>>. Acesso em: 28/08/2014.

públicas e instituições federais 50% das vagas para reserva social e racial. Segundo a Lei, a reserva de vagas será efetivada através de critérios. Segundo o art. 3º:

Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (BRASIL, 2012).

Segundo o Art. 3º, dos 50% das vagas reservadas para estudantes com histórico de exclusão, será priorizado, os autodeclarados pretos, pardos e indígenas, oriundos de escola pública. Caso não sejam preenchidas, as demais vagas serão fornecidas a estudantes advindos integralmente de escolas públicas (BRASIL, 2012).

Inicialmente cabia às universidades adotar políticas de ações afirmativas que contemplassem os estudantes, através da reserva racial, social, sociorracial ou através da bonificação, com porcentagem variante, de acordo com a política e o movimento negro que pressionava para a adoção da política de reserva de vagas, pois as políticas afirmativas para facilitar o ingresso no ensino superior público foram pensadas, tomando como referência a Conferência de Durban (2001), em benefício da comunidade negra, em função de resguardar o direito e denunciar o lugar periférico que essa população ocupa na sociedade mundial e brasileira. (SOUSA; PORTES, 2011).

Como se pode observar, apesar do benefício à comunidade negra, como é destacado acima, as universidades optam pela adoção de políticas de ações afirmativas que contemplassem tanto a posição racial, quanto a social, ou até mesmo um modelo sociorracial. Todavia, a adoção das cotas, no caso do ensino superior, é imprescindível para reparar séculos de exclusão, não só das pessoas negras, mas também dos deficientes, camponeses, mulheres e todos aqueles que são afetados pela exclusão social. Portanto, acredita-se que a adoção das políticas sociais contribui para a efetivação da inclusão social, e principalmente do acesso de sujeitos excluídos à educação superior.

1.3 O processo de expansão na Universidade Federal da Paraíba- UFPB.

Com base nisso, será discutido como a adoção dessas políticas de democratização refletiram no contexto Paraíba, tomando como estudo de caso a UFPB. Para compreender como o processo de expansão ocorre no setor público e privado, segue o quadro com o número de matrículas das Instituições de Ensino Superior- IES nesses dois setores, entre os anos de 1995 a 2012, em um comparativo entre a região Brasil, Nordeste e Paraíba.

Quadro 2. Número de matrículas do Ensino Superior – Brasil (1995-2012).

Ano	Brasil		Nordeste		Paraíba	
	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado
1995	1.127.932	529.353	213.476	38.892	26.624	-
1996	1.209.400	583.269	220.771	40.771	28.157	-
1997	1.326.459	660.038	235.699	50.733	28.512	-
1998	1.467.888	767.349	249.708	54.806	29.181	-
1999	832.022	1.537.923	243.062	114.773	32.517	7.200
2000	887.026	1.807.219	271.795	141.914	33.486	9.150
2001	939.225	2.091.529	285.646	174.669	30.822	11.124
2002	1.051.655	2.428.258	316.645	225.764	33.618	13.882
2003	1.136.370	2.750.652	339.536	285.156	36.240	16.418
2004	1.178.328	2.985.405	345.508	334.521	36.044	16.589
2005	1.192.189	3.260.967	352.757	385.505	37.816	19.799

2006	1.209.304	3.467.342	356.278	439.862	38.788	23.480
2007	1.240.968	3.639.413	367.735	485.584	42.763	26.916
2008	1.273.965	3.806.091	383.539	529.154	45.282	30.733
2009	1.351.168	3.764.728	409.393	556.109	44.834	32.995
2010	1.461.696	3.987.424	438.090	614.071	53.036	35.870
2011	1.595.391	4.151.371	471.209	667.749	62.328	39.319
2012	1.715.752	4.208.086	499.721	713.798	64.885	42.724
1995/2012	52,1%	694,9%	134%	173,5%	143,7%	
Δ %						
1999/2012						493,3%
Δ %						

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

No Brasil pode-se observar uma maior expansão no setor privado, somando um crescimento 694,9% enquanto que o setor público cresceu apenas 52,1%, no período de 1995 a 2012, no caso do nordeste, o mesmo acontece, somando 134,0 % no setor público 173,5% no setor privado no dado período. Amaral e Chaves (2013) ressaltam que, a explicação para esse incentivo exacerbado do setor privado estaria ligado aos benefícios de natureza tributária que o Governo obtém, uma vez que, o Estado responsabiliza essas instituições pela oferta da educação, oferecendo isenções de impostos, ou seja, “ao transferir recursos a instituições privadas de ensino e pesquisa, delega a iniciativa privada a responsabilidade de: “compensar gastos realizados pelos contribuintes com serviços não atendidos pelo Governo; compensar ações complementares desenvolvidas por entidades civis; promover a equalização das rendas entre as regiões e incentivar determinados setores da economia” (GEMAQUE; SANTOS; FILHO *apud* CHAVES; AMARAL, 2013).

No entanto, nota-se que a região da Paraíba não segue essa lógica, apesar do crescimento do setor privado entre os anos 1995 a 2012, o número de matrículas não ultrapassa o setor público, porém, no que diz respeito à evolução de matrículas entre o setor público e privado, o crescimento das IES privadas é maior, somando um crescimento de 493,3%, entre os anos de 1999 a 2012. Nesse ínterim, a expansão do ensino superior na Paraíba, a partir da década de 1990, irá refletir no aumento de matrículas, com maior ênfase no setor privado, embora havendo considerado ingresso de estudantes em instituições superiores de ensino público.

No caso da UFPB, em vista de políticas de democratização do ensino superior no contexto da expansão, das ações afirmativas e do REUNI (2007) adotadas no Brasil, a universidade faz surgir vários programas que visam o acesso, dentre eles, destacam-se a Modalidade de Ingresso por Reserva de Vagas- MIRV, o Programa Estudante Convênio Graduação- PEC/G e o Programa Estudante Convênio - Movimentos Sociais do Campo-PEC/MS como demonstra o quadro.

Quadro 3. Políticas de acesso adotadas pela UFPB.

Políticas de acesso (UFPB)	Objetivos	Legislação
Processo Seletivo Seriado (PSS)¹²	Exame que tem objetivo o ingresso de estudantes aos cursos superiores da instituição.	Adotado pela Universidade Federal da Paraíba a partir do ano de 1999, regulamentado pela Resolução N° 027/2009, com as devidas alterações de N° 055/2009, N° 09/2010, N° 044/2010 e N° 046/2010, N° 098/2011 e N° 25/2012, do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão.
Programa de Estudantes- Convênio de Graduação (PEC-G)	O PEC-G é uma política dedicada ao acesso de estudantes estrangeiros aos cursos de graduação da UFPB, que tem parceria com o Ministério das Relações Exteriores e Ministério da Educação. Com mais de 6.000 selecionados o programa tem possibilitado acesso de estudantes, principalmente dos países da África, com destaque para: Cabo Verde, Guiné-Bissau e Angola ¹³ .	Resolução n° 15 de 12 de Julho de 1990 pelo Conselho Superior de Pesquisa e Extensão (CONSEPE).
Programa Estudante Convênio- Movimentos Sociais do Campo (PEC/MSC)	Possibilita o acesso de estudantes pertencentes aos Movimentos Sociais do Campo a cursos de graduação através do Programa Convênio PEC/MSC ¹⁴ .	Resolução n° 25/2004 do Conselho Superior de Pesquisa e Extensão (CONSEPE).

Fonte: Tabela construída a partir dos dados da pesquisa

Além disso, pontua-se a implementação da Modalidade por Reserva de Vagas- MIRV no ano de 2011, política que surge através da Resolução n° 09/2010 com o objetivo de atender os estudantes oriundos do ensino público, que tenham cursado ao menos três séries do ensino fundamental nessas instituições. Considerando, dentro desse percentual de vagas, os estudantes negros (pretos e pardos) e índios, de acordo com a auto declaração no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, feito no ano de 2000, além disso, é destinado dentro desse percentual, uma porcentagem para pessoas com deficiências¹⁵.

A adoção das políticas de inclusão, na UFPB, provocou uma série de impactos, no que diz respeito ao ingresso e perfil dos estudantes que adentram a instituição, com destaque após a implementação da MIRV (2011). Desta forma, serão analisados os dados do Censo de Educação Superior feito pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, através de levantamento feito pelo Núcleo de Estudos de Educação e Sociedade (NEPES) e com base na tese do Paulo Hideo Nakamura, professor da UFPB, Departamento de Estatística que compõe o NEPES e Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior (GEPES), da Universidade Federal e Paraíba, juntamente com os demais pesquisadores que se dedicam ao estudo dessa temática.

¹² Destaca-se a adesão do Sisu na UFPB a partir do ano de 2011, que dedica uma porcentagem de vagas da instituição para esse processo. Apenas no ano de 2014 a UFPB dá fim ao PSS e adere ao Sisu, como única forma de ingresso a partir de então. Está informação encontra-se disponível em:

<<http://www.ufpb.br/content/consepeufpb-decide-pelo-fim-do-pss-partir-de-2014>> Acesso: 29/08/2014.

¹³ Disponível em: <<http://www.ufpb.br/prape/?q=node/22>> Acesso: 15/08/2014.

¹⁴ Disponível em: <<http://www.ufpb.br/sods/consepe/resolu/2004/Rsep252004.htm>> Acesso: 20/08/2014.

¹⁵ Disponível em: <http://www.ufpb.br/sods/consepe/resolu/2010/Rsep09_2010.pdf> Acesso em: 15/08/2014

A análise de dados tem como recorte cronológico o período de 2008-2012 e 2011-2013, pois considerará o processo de adesão parcial da UFPB ao Sisu a partir do ano de 2011. Esse levantamento visa reconhecer quais as mudanças ocorridas após a implementação do Reuni (2007) e das políticas de Ação Afirmativa (2010), além de fazer uma análise comparativa entre esses dois processos e suas implicações no perfil dos estudantes. A análise objetiva identificar quais as mudanças decorrentes, no quesito perfil socioeconômico dos estudantes, através da implementação dessas políticas de acesso. Desse modo, será avaliado os ingressantes da UFPB a partir das categorias, econômicas, sociais e cor/raça.

Após o ano de 2008 a UFPB passa por uma série de mudanças, que são refletidas no número de ingressantes da instituição. Os resultados da pesquisa demonstram o crescimento no número de ingressantes desde o ano de 2007. Parte desse crescimento está ligado a implementação do Reuni, que vigora a partir desse ano na UFPB, essa implementação reflete o aumento significativo de vagas a partir do ano de 2009, como pode ser observado na tabela. Além disso, o ano de 2011 é marcado por uma parcela de vagas dedicada ao Sisu, apenas 708, com aumento gradativo dessa reserva até o ano de 2013. Para tanto far-se-á uma análise comparativa das categorias supracitadas, enfocando principalmente os anos de 2011 a 2013, através dos quantitativos do PSS e Sisu.

Tabela 1. Número de Ingressantes nos cursos de graduação presenciais na UFPB: 2007-2013.

Processo Seletivo			
Ano	PSS	Sisu	Total
2008	4.151	-	4.151
2009	5.862	-	5.862
2010	7.073	-	7.073
2011	6.977	708	7.685
2012	6.729	1.296	8.025
2013	5.127	2.495	7.622

Fonte: NAKAMURA, Paulo Hideo (2014).

Dentre esses ingressantes destaca-se a presença do sexo feminino, que vem crescendo notoriamente, passando para 51,4% no ano de 2008 para a 52,5% no ano de 2013, enquanto que o sexo masculino decaiu, passando de 48,6% para 47,5%.

Tabela 2. Ingressantes pelo PSS no período de 2008 a 2012 por sexo (%)

Ano	Sexo	
	Feminino	Masculino
2008	51,4%	48,6%
2009	51,7%	48,3%
2010	54,0%	46,0%
2011	50,8%	49,2%
2012	52,9%	47,1%
2013	52,5%	47,5%

Fonte: NAKAMURA, Paulo Hideo; BRANCO, Uyguciará Veloso Castelo; JEZINE, Edineide (2012); NAKAMURA, Paulo Hideo (2014).

Destaca-se um dado interessante no ingresso de estudantes pelo Sisu com relação à predominância do sexo feminino no acesso ao ensino superior, pois esse fenômeno não ocorre entre o período de 2011

a 2013, sendo a porcentagem de ingressos de pessoas do sexo masculino superior, marcando 51,0 % no ano de 2011, 53,0% em 2012 e 51,4% no ano de 2013. (NAKAMURA, 2014).

No que diz respeito à faixa etária, percebe-se uma mudança na porcentagem, significativa em todas as faixas etárias no período de 2008 a 2013, a tabela mostra uma queda na faixa de 16 a 20 anos, que é de 68,1% no ano de 2008, passando para 56,0% no ano de 2013. Nota-se uma diminuição gradativa nessa faixa etária, dando lugar ao aumento das demais faixa-etárias, destaca-se o crescimento significativo de ingressantes com mais de 30 anos, que no ano de 2008 é de 4,1% e em 2013 passa para 10,5.

Tabela 3. Ingressantes pelo PSS no período de 2008 a 2013 por faixa etária (%)

Idade	2008	2009	2010	2011	2012	2013
De 16 a 20 anos	68,1	56,9	54,6	53,9	55,7	56,0
De 21 a 25 anos	20,9	28,6	27,5	26,3	25,5	23,3
De 26 a 30 anos	5,8	7,9	8,9	10,7	9,1	10,2
Mais de 30 anos	4,1	6,6	8,7	7,8	9,7	10,5

Fonte: NAKAMURA, Paulo Hideo; BRANCO, Uyuaciara Veloso Castelo; JEZINE, Edineide (2012); NAKAMURA, Paulo Hideo (2014).

Em comparativo ao acesso pelo Sisu percebe-se que maior número de ingressantes, assim como no PSS, também está na faixa dos 16 aos 20 anos, marcando 48,2% em 2011, 51,3% no ano de 2012 e acréscimo para 63,9% em 2013, seguido do ingresso de estudantes de 21 a 25 anos, porém no Sisu, percebe-se que categoria de estudantes com mais de 30 anos sofre decréscimo de 12,3% para 9,5%. Notando maior número de jovens de faixa etária mínima ingressando pelo Sisu (NAKAMURA, 2014).

No quesito cor/raça, identifica-se um crescimento acentuado, principalmente na cor parda, que no ano de 2013 ultrapassa significativamente o número de estudantes de cor branca. A explicação para essa inversão, se dá a partir da implementação do sistema de cotas na UFPB, que passa a vigorar no ano de 2011. Pode-se atribuir essa inversão ao MIRV, uma vez que, a implementação dessa política influencia a auto declaração dos estudantes que desejam adentrar na instituição pela via das cotas. Além disso, percebe-se um crescimento também na cor negra, que passa 5,2% no ano de 2008 para 9,8% em 2013 e na cor indígena, que de 0,9% passa para 1,2%. A cor amarela sofre um decréscimo de 5,2% para 3,8%, como demonstra a tabela a seguir.

Tabela 4. Ingressantes pelo PSS no período de 2006 a 2013 por cor/raça (%)

COR/RAÇA	2008	2009	2010	2011	2012	2013
BRANCA	48,2	48,9	46,2	41,1	38,6	38,6
PARDA	37,1	36,2	38,6	44,3	45,7	46,6
NEGRA	8,6	8,4	9,0	8,6	9,8	9,8
AMARELA	5,2	5,1	5,0	4,6	4,4	3,8
INDÍGENA	0,9	1,4	1,2	1,3	1,6	1,2

Fonte: NAKAMURA, Paulo Hideo; BRANCO, Uyuaciara Veloso Castelo; JEZINE, Edineide (2012); NAKAMURA, Paulo Hideo (2014).

De acordo com o quantitativo de vagas oferecidas ao Sisu, observa-se o ingresso de estudantes de cor branca, em sua maioria, em contraponto com o PSS, com porcentagem variante de 44,0% a 46,% no

período de 2011 a 2013, exceto no ano de 2013, cuja cor parda ultrapassa a cor branca com a porcentagem de 44,8% contra 44,3% neste ano. As cores negras, amarelas e indígenas sofrem decréscimo de 8,4% para 7,8%, na cor negra, 5,0% para 2,9, na cor parda e de 0,5 a 0,2% de indígenas (NAKAMURA, 2014).

No nível de escolaridade do pai, um dado interessante destaca-se, a partir da análise dos dados é percebido um crescimento acentuado de pais que possuem apenas o ensino fundamental incompleto, de 24,1% no ano de 2007 para 31,0% em 2013. Dos pais que contém o ensino médio completo, nota-se uma variável entre 24% e 25% no dado período. Além disso, a categoria dos que não frequentaram a escola é significativa, esta cresce a cada ano chegando a 7,9% no ano de 2013. Quanto à porcentagem de pais que possuem diploma de graduação, essa decai de 24,3% para 15,0%. A análise de dados reflete mudança no perfil socioeconômico dos que ingressam na UFPB, uma vez que, há uma queda significativa de pais que possuem diploma de graduação e acréscimo dos que possuem apenas escolaridade básica.

Tabela 5. Nível de escolaridade do pai 2007-2013. Dados (%)

NÍVEIS	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Não frequentou a escola	3,8	5,7	5,8	7,2	7,2	7,9
Ens. Fundamental incompleto	19,6	22,9	24,9	28,9	29,9	31,0
Ens. Fundamental completo	6,7	6,9	8,0	7,6	7,4	6,7
Ens. Médio incompleto	6,8	6,4	6,7	6,7	6,8	6,3
Ens. Médio completo	25,7	25,5	24,9	25,1	25,0	24,7
Universitário incompleto	8,0	7,4	7,0	5,1	5,2	4,9
Universitário completo	24,9	21,2	18,7	16,1	15,2	15,0
Pós-graduação	4,4	4,1	3,9	3,2	3,3	3,5

Fonte: NAKAMURA, Paulo Hideo; BRANCO, Uyguciara Veloso Castelo; JEZINE, Edineide (2012). NAKAMURA, Paulo Hideo (2014). Dados retirados da tese de doutoramento do mesmo.

Diferentemente do PSS, os pais dos alunos que ingressam pelo Sisu, em sua maioria possuem o ensino médio completo com 27,2% no ano de 2011, 28,4% nos anos seguintes, seguido de pais que possuem graduação que em 2011 contemplam 25,1%, 18,3% em 2012 e 22,4% no ano de 2013. Apesar dessas mudanças na escolaridade, o número de ingressantes de pais com ensino fundamental incompleto ainda é significativo no Sisu, marcando 20,3%, 22,6 e 20,2 nesses anos (NAKAMURA, 2014).

No PSS a escolaridade da mãe é marcada, em maior número, pelo ensino médio completo, que varia de 27,0% a 28,0% desde os anos de 2008. No quesito universitário completo destaca-se queda significativa de 30,3% para 20,0% no dado período. Sendo assim, afirma-se a mudança no perfil dos estudantes que ingressam na instituição, identificando-os, em sua maioria, como filhos de pais que possuem apenas a escolaridade básica.

Tabela 6. Nível de escolarização da mãe- Dados (%).

NÍVEIS	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Não frequentou a escola	2,1	2,6	2,8	3,7	3,7	4,6
Ens. Fundamental incompleto	14,7	18,7	20,0	24,1	24,4	24,2
Ens. Fundamental completo	6,8	6,7	7,8	7,7	7,4	7,4
Ens. Médio incompleto	6,8	6,9	7,3	6,8	7,0	6,9
Ens. Médio completo	27,5	28,2	27,2	28,5	27,9	27,3
Universitário incompleto	6,9	6,0	5,9	5,3	5,2	5,3
Universitário completo	30,4	26,1	24,4	20,4	20,0	19,9
Pós-graduação	4,7	4,8	4,6	3,5	4,5	4,4

Fonte: NAKAMURA, Paulo Hideo; BRANCO, Uyguciara Veloso Castelo; JEZINE, Edineide. (2012); NAKAMURA, Paulo Hideo (2014).

No Sisu essa lógica sucede com variante de 28,0 a 30,0% de mães com ensino médio completo, porém a porcentagem de mães que possuem graduação completa não sofre decréscimo, e é significativa, apontando 27,7% no ano de 2011, 24,2% em 2012 e 27,9% em 2013, seguido da categoria ensino fundamental incompleto, que varia entre 16,0% a 18,0% (NAKAMURA, 2014). Apesar das categorias dos dois processos serem semelhantes, nota-se uma diferença no perfil dos estudantes que adentram pelo Sisu, em comparativo com o PSS, uma vez que, no Sisu, o grau de escolaridade é mais elevado.

Com relação à renda familiar, destaca-se o número significativo de ingressantes que possuem renda per capita de 1 a 2 salários mínimos, com porcentagem de 27,7% no ano de 2008 e 40,9% em 2013. Além disso, nota-se que ingressantes de renda familiar de menos de 1 salário tem crescido nesse período, chegando 17,8% no ano de 2013, isso denota o acesso das classes populares na universidade, principalmente a partir do ano de 2011, que sofre um pequeno salto de 9,7%, no ano de 2010 para 14,7%. As demais rendas sofrem decréscimos.

Tabela 7. Ingressantes pelo PSS por renda familiar (%).

Ano	Menos de 1	De 1 a 2	De 2 a 3	De 3 a 5	De 5 a 9	De 10 a 19	Mais de 20
2008	7,2	27,7	20,8	14,4	14,9	10,7	4,3
2009	9,3	32,7	18,8	15,3	13,7	7,7	3,5
2010	9,7	31,4	18,7	15,6	12,8	7,7	3,3
2011	14,7	41,0	14,8	10,8	11,2	5,0	2,4
2012	15,9	40,9	14,8	10,0	10,3	5,2	2,9
2013	17,8	40,6	14,2	12,2	8,7	4,8	1,8

Fonte: NAKAMURA, Paulo Hideo; BRANCO, Uyguciara Veloso Castelo; JEZINE, Edineide. (2012); NAKAMURA, Paulo Hideo (2014).

De acordo com o levantamento de dados do Sisu na categoria renda familiar, esta segue a mesma lógica do PSS, com número elevado de estudantes que tem renda de 1 a 2 salários mínimos em sua maioria, com variável de 30% a 33% de 2011 a 2013, seguido da renda familiar de 2 a 3 salários, que varia sua porcentagem de 16% a 19%. Os ingressantes cuja renda se baseia em menos de 1 salário no Sisu tem porcentagem pequena, uma das menores, variando entre 6,0% a 8,0%, perdendo apenas para ingressantes com renda maior que 20 salários (NAKAMURA, 2014).

Em comparativo entre as tabelas 8 e 9 percebe-se que o número de ingressantes que possui computador e acesso à internet vem crescendo desde os anos de 2008, porém a porcentagem de estudantes sem computador em casa e acesso à internet, ainda, é significativo, apontando em 2013 24,8% para aqueles que não têm computador e 26,4% aos que não possuem acesso à internet.

Tabela 8. Número de ingressantes que possuem computador em casa. 2008-2012

Ano	Sim	Não
2008	63,6	36,4
2009	65,4	34,6
2010	68,0	32,0
2011	68,4	31,6
2012	71,2	28,8
2013	75,5	24,8

Fonte: NAKAMURA, Paulo Hideo; BRANCO, Uyguciara Veloso Castelo; JEZINE, Edineide. (2012); NAKAMURA, Paulo Hideo (2014).

Tabela 9. Ingressantes com acesso a internet. 2007-2013. Dados (%)

Ano	Sim	Não
2008	73,0	27,0
2009	74,9	25,1
2010	77,8	22,2
2011	74,1	25,9
2012	73,6	26,4
2013	73,6	26,4

Fonte:

BRANCO,

JEZINE, Edineide. (2012); NAKAMURA, Paulo Hideo (2014).

NAKAMURA, Paulo Hideo;

Uyguaciara Veloso Castelo;

No Sisu, os números de alunos que possuem acesso a computador e internet variam de 80,0% a 89,9%, demonstrando que a grande maioria dos estudantes que ingressaram pelo Sisu possuem acesso a esses meios de comunicação (NAKAMURA, 2014).

Assim, os dados refletem uma mudança significativa no perfil dos estudantes que ingressaram na UFPB entre o período de 2008 a 2013, mudança que reflete em todas as categorias, demonstrando o crescente ingresso de estudantes das classes populares na instituição. Em comparativo com o Sisu percebe-se que há uma diferenciação, apontando que, estudantes que adentram por esse processo demonstraram maiores níveis em categorias como, renda familiar e escolaridade dos pais.

1.4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando o levantamento de dados, considerando o contexto da expansão das universidades brasileiras a partir dos anos de 2007, pós-implementação do REUNI, tendo como base o caso da UFPB, percebe-se que o perfil socioeconômico dos estudantes que adentram em instituições superiores vem mudando nos últimos anos, principalmente, após a instauração de políticas sociais que visam a inclusão, como é o caso das políticas de cotas, que são implantadas na UFPB a partir do ano de 2011. A ação afirmativa adotada pela instituição contribui para a mudança do perfil no ingresso, uma vez que proporciona aos sujeitos com histórico de exclusão o acesso ao ensino superior.

Além disso, considerando a transformação do perfil socioeconômico dos ingressantes, nas últimas décadas, levantam-se as seguintes problemáticas: a Universidade tem se preocupado com a permanência desses estudantes? Esses estudantes estão permanecendo nos cursos? Quais os cursos que eles estão se direcionando? Existe evasão? Há políticas que, de fato, consolidem a permanência de estudantes com histórico de exclusão? Considera-se que as políticas de inclusão são imprescindíveis para a democratização do acesso das instituições de ensino superior, porém, estas devem estar atreladas a mecanismos que visem à permanência desses estudantes, para que haja de fato a efetivação da inclusão social no âmbito acadêmico.

Por outro lado, Através da análise de dados do perfil socioeconômico dos ingressantes do PSS, em comparativo com o Sisu, percebe-se uma diferenciação entre os perfis, ou seja, enquanto os ingressantes pelo Processo Seletivo da UFPB apresentam características crescentes das classes populares adentrando no ensino superior, entre o período de 2008 a 2013, no Sisu é notável uma diminuição dessa classe, que é reconhecida principalmente pelos fatores, renda familiar e escolaridade dos pais. Esse fenômeno pode ser explicado pela concorrência nacional que o estudante é submetido ao Sisu, que acaba por interferir no resultado dos dados, devido à diferenciação das condições de classe dos sujeitos das diversas regiões do Brasil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Resolução n° 25/2004/CONSEPE/UFPB.** Disponível em: <<http://www.ufpb.br/sods/consepe/resolu/2004/Rsep252004.htm>> Acesso: 26/08/2014.

_____. **Resolução n° 09/2010/CONSEPE/UFPB.** Disponível em: <http://www.ufpb.br/sods/consepe/resolu/2010/Rsep09_2010.pdf> Acesso no dia 18/08/2014.

_____. INEP. **Sinopses Estatística do Censo da Educação Superior: 1995 a 2010.** Brasília, DF. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>> Acesso em: 20 de Fevereiro de 2014.

_____. **Resolução n° 15/1990/CONSEPE/UFPB.** Disponível em: <<http://www.ufpb.br/sods/90consepe.html>> Acesso em: 18/08/2014.

_____. **Resolução n° 25/2012 CONSEPE/UFPB.** Disponível em: <http://www.ufpb.br/sods/consepe/resolu/2012/Rsep25_2012.pdf> Acesso: 30/ 08/ 2014.

_____. **Decreto n° 6.096, de 24 de Abril de 2007.** Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação das Universidades Federais- REUNI. Brasília, DF. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm> Acesso: 26/08/2014.

_____. **Lei n° 12.513, de 2011.** Institui o Programa de Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Altera a Lei 10.260 de 12 de Julho de 2001. Brasília, DF. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110260.htm> Acesso: 27/08/2014.

_____. **Lei n° 11.096, de 13 de Janeiro de 2005.** Institui o Programa Universidade para Todos- PROUNI. Brasília, DF. 13 de jan. de 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/L11096.htm> Acesso: 26/08/2014.

_____. **Lei n° 12.711/2012.** Institui a política de cotas nas universidades brasileiras. Brasília: DF. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm> Acesso: 26/08/2014.

CUNHA, Antônio Luiz. **O ensino superior no octênio FHC.** Revista Educação e Sociedade: Campinas. Vol. 24, N. 82. 2003.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; LIMA, Rosângela Novaes; MEDEIROS, Luciene Miranda. **Reforma da Educação Superior Brasileira- de Fernando Henrique Cardoso à Luiz Inácio Lula da Silva: políticas de expansão, diversificação e privatização da educação superior brasileira.** [s.d.] Disponível em: <http://www.gepes.belemvirtual.com.br/documentos/Artigos/Artigo_Vera_Luciene_e_Rosangela.pdf> Acesso: 30/ 08/2014.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; AMARAL, Nelson Cardoso. **Políticas de financiamento da educação superior no Brasil: o incentivo a privatização.** In: Org. JEZINE, Edineide; BITTAR, Mariluce. Políticas de educação superior non Brasil: expansão, acesso e igualdade social. Editora Universitária UFPB: João Pessoa, 2013.

DOMINGUES, Petrônio. **Ações Afirmativas para Negros no Brasil: o início de uma reparação histórica.** **Revista Espaço Aberto:** São Paulo, n° 20, maio- ago., 2005, 164-177. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n29/n29a13>> Acesso: 31/08/2014.

DALE, R. Globalização e Educação: demonstrando a existência de uma “cultura educacional mundial comum” ou localizando uma “ Agenda globalmente estruturada para educação”? **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 25, n. 87, p. 423-460, Maio/Agosto. 2004.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Reforma do estado e políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90**. Revista Educ. Soc: Campinas, vol. 23, n. 80, Setembro/ 2002.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Lutas e Movimentos pela Educação no Brasil a partir de 1970. Educação e Movimentos Sociais**. EccoS- Revista Científica: São Paulo, v. II, n. , jan./jun. 2009, p. 23-38.

JEZINE, Edineide; CHAVES, Vera Lúcia Jacob Chaves; CABRITO, Belmiro Gil. **O acesso ao ensino superior no contexto da globalização**. Os casos do Brasil e de Portugal. Revista Lusófona de Educação. Edições Universitárias Lusófonas. 2011.

MACIEL, Carina Elisabeth. **Discurso da inclusão e política educacional: uma palavra, diferentes sentidos**. InterMeio: revista do Programa de Pós- Graduação em Educação, Campo Grande, MS, v.15, n. 30, jul./dez. 2009.

MACIEL, C.E; PEIXOTO, M.C.L. **Políticas Públicas e Inclusão: a educação superior no contexto neoliberal**. XX Seminário Nacional UNIVERSITAS/Br. Políticas de Educação Superior no Brasil: expansão, acesso e equidade social. Universidade Federal da Paraíba- UFPB. João Pessoa, 22 p. ISSN 2176-6746, 2012.

MANCEBO, Deise. **Políticas de expansão da educação superior no Brasil: caminhos da pesquisa**. In: JEZINE, Edineide; BITTAR, Mariluce. Políticas de educação superior non Brasil: expansão, acesso e igualdade social. Editora Universitária UFPB: João Pessoa, 2013.

NAKAMURA, Paulo Hideo. **Processos Seletivos para ingressos nos cursos de graduação da Universidade Federal da Paraíba. Perfil dos ingressantes e democratização do acesso, inclusão e equidade**. 2014. P, 183. Tese (Doctorado em Ciencias de la Educacion)- Universidad Autónoma de Asunción Facultad de Ciencias Humanísticas y de laComunicación. Paraguay.

NAKAMURA, Paulo Hideo; BRANCO, Uyguciara Veloso Castelo; JEZINE, Edineide. A UFPB nos anos da expansão (2008-2012): quantos e quem somos e o que mudou no perfil dos nossos alunos. **XX seminário Nacional UNIVERSITAS/ Br**. Políticas de Educação Superior: expansão, acesso, igualdade social. Universidade Federal da Paraíba- UFPB. João Pessoa, 18 p. 2012.

SOUSA, Letícia Pereira; PORTES, Écio Antônio. **As propostas de políticas/ações afirmativas das universidades públicas e as políticas/ações de permanência nos ordenamentos legais**. Revista brasileira de Estudos Pedagógicos: Brasília, vol.92, n.232, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Por uma concepção multicultural de Direitos Humanos**. Revista Crítica de Ciências Sociais. Nº 48. Junho/ 1997.

TENÓRIO, Robinson Moreira; REIS, Dyane Brito. Ações afirmativas e estratégias de permanência no Ensino Superior. **26º Reunião Brasileira de Antropologia**. 01 a 04 de Junho: Porto Seguro- BA, 2008. Disponível em: <http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/> Acesso em: 14/08/2014.